

CBA/CNEC PROMOVE REUNIÕES NOS BAIROS RURAIS PARA FALAR SOBRE REASSENTAMENTO

A CBA/CNEC realizou dois ciclos de reuniões nos bairros rurais dos municípios onde haverá o afetamento pelo reservatório da UHE Tijuco Alto. Essas reuniões se deram em dois momentos: um para explicar quais são os tipos de famílias que existem, principalmente a relação dessas famílias com a terra que habitam e os modos de sobrevivência das mesmas. Isto é importante para se determinar quais os tipos de tratamento que podem receber como compensação. Esses tratamentos vão desde a simples indenização, como no caso de proprietários maiores que têm terras pouco afetadas até os casos dos chamados não proprietários que podem receber lotes de reassentamento de tamanhos que são de 3 ha, de 16 ha ou de 30 ha conforme o módulo fiscal do município a que pertençam. Isto é para famílias que têm uma renda mais dependente da terra. Sempre que a solução for o reassentamento acompanhada, com custos pela CBA, a construção de casa nova, acesso até a nova propriedade, a instalação da energia elétrica, a instalação do abastecimento de água e o sistema sanitário, além de assistência técnica por 3 anos.

Também existe a opção para famílias que queiram se mudar para a zona urbana e nesse caso a CBA também vai fazer o reassentamento. Este trabalho é uma continuidade do Estudo Ambiental, porque a questão da terra é questão importante na região. A segunda rodada de reuniões serviu para responder uma pergunta que está na cabeça de todos os moradores da zona rural: aonde será o reassentamento? Essa segunda rodada aconteceu nos bairros rurais de Adrianópolis, Ribeira e Itapirapuã Paulista, por enquanto. A CBA tem um estoque de terras, além daquelas que servem para o reservatório e a faixa de preservação permanente e a primeira busca de terras começou nesse estoque para saber se a quantidade e a qualidade atendem os tipos e quantidades de produtores existem na região do afetamento.

Essas terras foram percorridas, foi analisado o solo, foi medida a declividade e resultou que hoje há terras para atender metade da demanda, devendo a CBA, quando sair a licença, procurar mais terras para o reassentamento. Pode ser que isto venha da aquisição total de alguma fazenda grande que vá ser afetada pelo reservatório ou pode ser que haja a necessidade de se comprar terras que não são afetadas pelo reservatório. Esta situação se reflete principalmente em Cerro Azul aonde a CBA tem uma quantidade de terras menor e neste município foram discutidos os critérios de reassentamento, mas não se tem ainda terras suficientes para serem apresentadas à população.

No processo de reassentamento estamos ainda no começo, é preciso avançar mais e isto se dará conforme for decidido o licenciamento do empreendimento até chegar a um ponto aonde se deva tratar a solução para cada família, com a CBA fazendo sua proposta de discussão e negociação. Por isso é que nas reuniões que aconteceram se procurou falar da necessidade das famílias se organizarem em comissões por bairros rurais, considerando que é uma intenção que as famílias fiquem nos municípios de origem, sempre que possível e que as famílias assim queiram. Antes de realizar essas novas reuniões foi necessário conhecer com exatidão quantas famílias serão afetadas pelo empreendimento, qual a situação social das mesmas e se são proprietárias, posseiros ou se são famílias de não proprietários, o que envolve arrendatários, meeiros, parceiros, moradores consentidos, etc. Este trabalho, denominado Levantamento Censitário, foi feito no final de 2005 e entregue ao IBAMA.

O trabalho foi feito com auxílio de fotos aéreas recentes (2004), considerando o limite das propriedades, benfeitorias existentes, a cota máxima do reservatório (300 m) e a área de preservação exigida pela legislação (100 m).

Os principais resultados do trabalho são:

- Existem 578 famílias na área do reservatório, das quais 558 moram no próprio imóvel afetado;
- 266 famílias são proprietárias ou posseiras e 312 famílias são de não proprietárias;
- A principal fonte de renda das famílias provém das atividades da agropecuária, a segunda fonte de renda é a aposentadoria rural;
- A maior parte das famílias tem produção de subsistência (388 famílias) e 43 famílias tem produção mais voltada para a venda no mercado. Ressalta-se que entre estas que produzem mais para o mercado, 11 famílias tem na horticultura a principal fonte de renda.

As reuniões sobre reassentamento contaram com a participação dos Engs. Agrônomos Ivan Silveira e Andréia Ferreira, autores do trabalho "Definição de Famílias Potenciais Beneficiárias a Reassentamento", e do Economista Peno Ari Juchem autor de "Valores de Mercado de Terras e Benfeitorias Reprodutivas". Contou ainda com o coordenador do projeto, o Eng. Agrônomo Ronaldo Luis Crusco e a Geógrafa Hilka de Oliveira Krentz. Na primeira fase foram 10 reuniões, distribuídas pelos principais bairros rurais dos 5 municípios atingidos pelo futuro reservatório da UHE Tijuco Alto: Criminosas (Itapirapuã Paulista), Ilha Rasa (Ribeira), Rocha (Adrianópolis), Tigre e Sete Quedas (Doutor Ulysses), Ribeirão Bonito do Chapéu, São Sebastião, Lajeado Grande, Mato Preto e Balsa Velha (Cerro Azul), onde se discutiu os critérios de reassentamento. Pelo menos 222 pessoas compareceram às reuniões.

Na segunda fase de reuniões, que discutiu a quantidade e qualidade de terras, em novembro de 2006, elas se deram nos bairros Criminosas (Itapirapuã Paulista), Ilha Rasa (Ribeira), Rocha (Adrianópolis) e houve a presença de 59 pessoas. Nas reuniões de critérios de reassentamento foi esclarecida a situação do licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto e os próximos passos do processo. Comentou-se sobre a realização das Audiências Públicas e a importância do comparecimento da população às mesmas. Foi explicado que as propriedades podem ser afetadas de duas maneiras principais com a construção da UHE Tijuco Alto: 1) pela formação do reservatório, 2) pela área de preservação permanente – APP (faixa de 100m contada a partir dos limites do reservatório e que deverá ser revegetada). Os principais resultados do levantamento censitário, realizado em fins de 2005, também foram apresentados.

Após o esclarecimento inicial, o Agrônomo Ivan Silveira apresentou os critérios de tratamento para reassentamento (indenização de terras e de benfeitorias) e as modalidades de reassentamento (vilas rurais, periurba, periurbano e urbano). O Economista Peno Ari Juchem apresentou os preços de mercado das terras e das benfeitorias reprodutivas (culturas de lavoura permanente e não permanente), fruto do trabalho desenvolvido por ele entre os meses de março e maio de 2006 na região. Os tratamentos propostos têm relação com o tamanho do imóvel que as famílias ocupam atualmente, a forma e intensidade com que as terras são afetadas e qual o principal meio da vida das famílias. No quadro abaixo estão resumidas as classes de reassentamento.

Os tratamentos propostos têm relação com o tamanho do imóvel que as famílias ocupam atualmente, a forma e intensidade com que as terras são afetadas e qual o principal meio da vida das famílias. No quadro abaixo estão resumidas as classes de reassentamento.

Os tratamentos propostos têm relação com o tamanho do imóvel que as famílias ocupam atualmente, a forma e intensidade com que as terras são afetadas e qual o principal meio da vida das famílias. No quadro abaixo estão resumidas as classes de reassentamento.

Os tratamentos propostos têm relação com o tamanho do imóvel que as famílias ocupam atualmente, a forma e intensidade com que as terras são afetadas e qual o principal meio da vida das famílias. No quadro abaixo estão resumidas as classes de reassentamento.

Tipo de tratamento	Tamanho da área no reassentamento	Tipo de Família a ser Atendida
Reassentamento Lote Urbano	Lote urbano (mínimo 250 m²)	<ul style="list-style-type: none"> Proprietários e não proprietários com áreas remanescentes menores que o módulo fiscal (conforme o município é definido pelo INCRA: Ribeira e Itapirapuã = 16 ha ou 6,61 alq; Cerro Azul, Dr. Ulysses e Adrianópolis = 30 ha ou 12,39 alq). Famílias que vivem de aposentadoria, pensão e bolsos do governo e que moram na cidade ou sítio. Não praticam agricultura.
Lote Periurbano	1000 m²	<ul style="list-style-type: none"> Proprietários e não proprietários com áreas remanescentes menores que o módulo fiscal. Famílias cujo principal sustento vem do trabalho na cidade. Moram e exploram o imóvel para subsistência.
Lote Periurba	3 ha (1,23 alq)	<ul style="list-style-type: none"> Proprietários e não proprietários com áreas remanescentes menores que o módulo fiscal. Famílias que trabalham em outra propriedade, mas que possuem pequena produção para ajudar no sustento.
Lote Agrícola Pleno	Módulo Fiscal: 30 ou 16 ha (12,39 alq ou 6,61 alq)	<ul style="list-style-type: none"> Famílias que residem e têm na produção agropecuária a sua principal fonte de renda.
Indenização total de imóvel e benfeitorias	- x -	<ul style="list-style-type: none"> Famílias cuja propriedade foi totalmente afetada pelo empreendimento ou parcialmente afetada, porém o remanescente é menor que o módulo fiscal ou inviável economicamente e não deseja ir para reassentamento.
Indenização parcial do imóvel e total das benfeitorias. Transferência dentro do imóvel.	- x -	<ul style="list-style-type: none"> Famílias cuja propriedade foi afetada parcialmente, o remanescente é maior que o módulo fiscal e economicamente viável para produzir. Presença de benfeitorias na área afetada.
Carta de crédito	- x -	<ul style="list-style-type: none"> Para quem quiser fazer o seu próprio reassentamento.

O ponto de partida para definir o tamanho dos lotes para reassentamento é o Módulo Fiscal ou a Fração Mínima de Parcelamento que na região é de 30 a 16 ha dependendo do município (1 hectare - ha - é igual a 10.000 m²).

Módulo Fiscal	unidade de medida que serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho. Procura refletir a área média dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município.
Módulo Rural	é calculado para cada imóvel rural em separado e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização.
Fração Mínima de Parcelamento	é a menor área em que um imóvel rural, num dado município, pode ser desmembrado.

Um dos pontos enfatizados nas reuniões foi o compromisso da CBA com o "Programa de Compensação e Reposição de Perdas dos Proprietários e da População Rural" (Programa Ambiental do EIA), o que envolve o reassentamento e indenização de benfeitorias e propriedades. A CBA para poder implantar o empreendimento tem que cumprir este compromisso, senão o IBAMA não concederá a Licença de Instalação. Quando a solução para a família for o reassentamento deve acompanhar a construção da casa em alvenaria, o abastecimento de água para a casa, a rede elétrica, o acesso até a casa e o cercamento da propriedade nova, tudo isto com custos por conta da CBA. Quando a solução for a simples mudança da benfeitoria dentro da propriedade, existem coisas que dá para fazer a mudança (p.ex. a mudança de um curral) e tem coisas que a CBA tem que fazer nova (ex. muitas vezes não dá para desmanchar uma casa e reconstruir a mesma, tem que fazer uma nova).

Em todas as reuniões os presentes demonstraram interesse pelas explicações. De modo geral, houve boa aceitação das propostas para reassentamento e indenização das perdas, tanto por parte de proprietários como de não proprietários.

Várias dúvidas surgiram, as principais foram relacionadas ao tamanho das propriedades de reassentamento, à atualização do valor das terras quando estas forem adquiridas, sobre os não proprietários no processo anterior de aquisição de terras e sobre a possibilidade de continuar a fazer melhorias e investimentos nas propriedades. Todas as questões foram respondidas e as dúvidas esclarecidas.

A CNEC explicou que o valor das terras será atualizado na época em que houver as negociações. Refutou a idéia de alguns dos participantes que o tempo de espera para a obtenção da licença estagou e destacou que dentre os fatores que tem contribuído para o fato, foi o fechamento das minerações, a queda da produção de citros e a falta de investimentos locais. Confirmou que os proprietários devem continuar a investir em suas propriedades e fazer as melhorias que acharem adequadas. Com relação aos não proprietários do processo de aquisição anterior pela CBA, foi explicado que o novo levantamento censitário permitiu a constatação de que apenas 31 famílias não estão mais na área. Explicou que essas famílias serão localizadas e também farão parte do processo de seleção para reassentamento.

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

Sobre o tamanho das propriedades de reassentamento, a CNEC aguarda estudo da ASTRAFF

O TIJUOCO

Boletim Informativo do Empreendimento UHE Tijuco Alto

Ano 3

Número 6

Abril / 2007

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Nesta seção do Boletim Informativo vamos tratar de algumas perguntas que são feitas rotineiramente sobre Tijuco Alto.

Desde o início desta nova fase do projeto foram realizadas:

- 3 grandes reuniões públicas para comunicar o início dos estudos e como eles seriam feitos;
- foram mais 22 reuniões em bairros rurais para tratar do assentamento rural;
- foi feita uma visita com 45 moradores da região para conhecer usinas hidrelétricas e reassentamento;
- foram feitas ainda 18 reuniões de apresentação do projeto de engenharia e das principais questões socioambientais, envolvendo as Câmaras de Vereadores dos cinco municípios que o projeto Tijuco Alto irá interferir, e os principais colégios da região.

Nestas reuniões foram feitas perguntas que foram respondidas e agora colocamos por escrito.

VAMOS A ELAS!!!

1 Em que fase está o projeto da UHE Tijuco Alto?

Tijuco Alto encontra-se na fase de viabilidade, tanto técnica quanto ambiental. Quem avalia a parte técnica é a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), e a parte ambiental é o IBAMA. A CBA já teve o projeto básico de engenharia aprovado pela ANEEL, mas a CBA deve aguardar também o licenciamento ambiental.

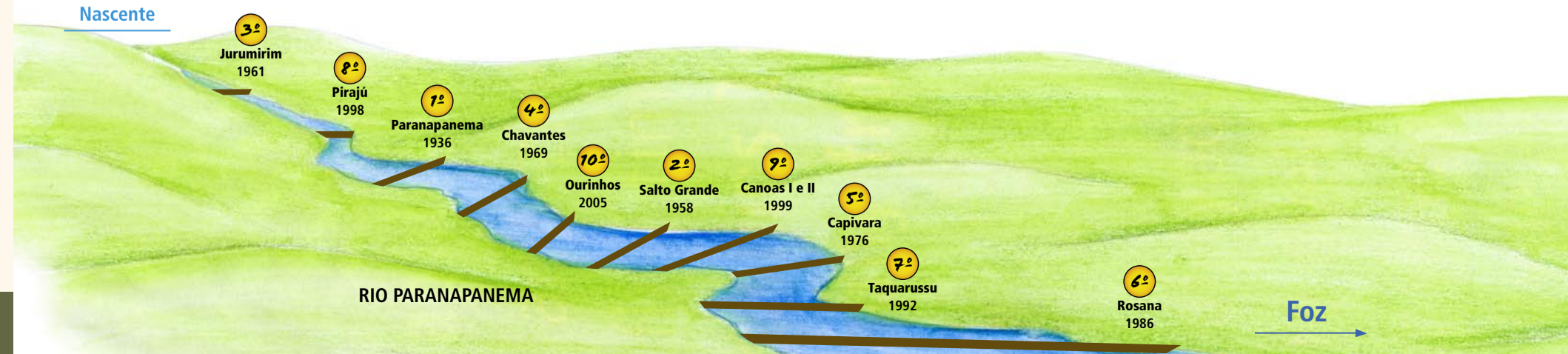
O estudo de viabilidade ambiental resultou no EIA / RIMA, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental respectivamente. Ambos foram entregues ao IBAMA e no momento a CNEC/CBA entregaram complementações que o IBAMA solicitou aos Estudos. Se tudo estiver de acordo, a próxima fase é a de realizar as audiências públicas, onde o projeto e os estudos ambientais são apresentados. As audiências contarão com a participação da população e é depois dela que o IBAMA vai dar o parecer final sobre o empreendimento e poderá emitir a Licença Prévia (LP). A LP, só diz que o empreendimento é viável e impõe condições que o empreendedor deve cum-

prir para depois receber a Licença de Instalação. Obtida a Licença Prévia, deverá ser entregue ao IBAMA o Projeto Básico Ambiental (PBA) onde os programas ambientais e os compromissos que constam no EIA deverão ser detalhados e deixados prontos para a execução. Com o Projeto Ambiental aprovado pelo IBAMA obtém-se a Licença de Instalação – LI e só com esta licença pode-se iniciar a construção da usina. Depois do empreendimento concluído, será preciso pedir a Licença de Operação - LO da hidrelétrica para que ela possa começar a funcionar e gerar energia.

2 Quando, então, a obra pode ser iniciada?

Depois que for emitida a licença prévia, ainda levará cerca de 1 ano a 1 ano e meio para a elaboração do PBA e recebimento da Licença de Instalação. Depois, vem mais um prazo de cerca de quatro anos de implantação da obra. Espera-se, dessa forma, o início da construção para 2008. Importante dizer que não se pode fazer o enchimento do reservatório sem que medidas como reassentamento, indenizações, relocação de estradas, relocação de linhas de energia estejam prontas.

Nascente



3 A construção de Tijuco Alto favorece a construção das outras barragens projetadas no Rio Ribeira?

Não, nem na engenharia e nem no licenciamento ambiental. Na engenharia tem-se o exemplo das barragens no rio Tietê, no rio Paranapanema ou no rio Iguacu; as usinas não foram construídas em escada, da região da nascente para a foz dos rios. Foram construídas conforme a atratividade econômica e ambiental (as construídas nos tempos mais modernos). Equivale dizer que na engenharia se pode construir em qualquer ponto do rio, não havendo necessidade de ter outra barragem posicionada antes, rio acima. Na parte ambiental, cada usina ou cada projeto deve ter seu licenciamento exclusivo. Isto é o que diz a legislação. Se alguém do setor privado ou do setor público quiser levar "para frente" Itaóca, Funil ou Batatal vai ter que fazer o EIA/RIMA, vai ter que buscar o licenciamento, o que aliás não é nada fácil. A CBA, por várias vezes, deixou claro que não tem interesse em Itaóca, Funil ou Batatal. A figura abaixo mostra a seqüência de implantação das barragens no rio Paranapanema.

4 É correta a informação de que, se todas as barragens forem construídas, 14 comunidades quilombolas seriam atingidas?

Tijuco Alto não inunda terras de comunidades quilombolas. Tijuco Alto está distante da primeira terra quilombola, que é a comunidade de Porto Velho, cerca de 42 km pelo rio ou 24 km em linha reta. Já Funil e Batatal afetam terras de comunidades quilombolas.

5 A barragem pode incrementar o turismo?

No caso de Tijuco, como acontece com outros reservatórios, pode haver, ao longo do tempo, variados tipos de uso no entorno do reservatório, respeitada a legislação ambiental, incrementando o turismo já existente na região. Exemplos disso são as barragens de Barra Bonita e Nova Avanhandava, no rio Tietê; Jurumirim e Ourinhos, no rio Paranapanema e Salto Segredo, no rio Iguacu, onde se implantaram espaços públicos para recreação, ranchos de pesca, chácaras de lazer, instalação de museus e se desenvolveram os esportes náuticos. Um Plano de Uso e Conservação do Entorno do Reservatório vai detalhar isto. No EIA já existe uma proposta desse Plano. O seu detalhamento acontece depois da Licença Prévia e é necessário audiência pública específica para aprovar tal Plano.

6 Há algum tipo de obra compensatória prevista no EIA-RIMA por conta do empreendimento?

O EIA-RIMA já são descritas medidas de controle, de diminuição ou de compensação para os impactos, todas relacionadas ao meio ambiente. A relocação ou uma religação das estradas, reposição de pontes, rede de energia, postos de saúde ou escolas são questões de meio ambiente. Por exemplo, se o empreendimento interromper um caminho importante, ele tem de ser recomposto. A questão de reassentamento de população também é uma questão de meio ambiente, talvez a mais importante neste caso. Existe na área do projeto uma população composta por 312 famílias de não proprietários, e 266 de proprietários. Os principais beneficiários deste reassentamento, pelas características das famílias presentes, serão os não proprietários que englobam arrendatários, meeiros, parceiros e filhos de proprietários que constituem famílias independentes financeiramente dos pais, que moram e trabalham na terra. O programa de reassentamento, prevê além da terra, construção de casa nova, rede de energia, abastecimento de água, saneamento e acesso, além de assistência técnica para produção.

O reassentamento, principalmente das famílias que vivem da terra, a nosso ver é o principal ganho social que virá com a construção da Usina. São famílias que têm pouca ou nenhuma terra e vão passar a ser donas de um pedaço de chão. Vão ganhar o seu quinhão de terra, com direito a casa, energia, saneamento, acesso por estrada e assistência técnica para produção.

Os proprietários (de papel passado ou não) podem decidir entre a indenização ou o reassentamento, também pode haver solução mista. Na indenização é bom esclarecer que se recebe pela terra e também pelas benfeitorias: sejam elas construídas, sejam pelas lavouras permanentes e semi permanentes.

Outra medida que está prevista na legislação, estabelece que, no mínimo, 0,5% do investimento do empreendimento deve ser destinado a criar ou apoiar Unidade de Conservação. O empreendedor deverá apoiar ainda a saúde, educação e segurança pública, vez que não se deve onerar mais os municípios ou os estados durante a construção do empreendimento. Todas estas medidas, projetos e programas têm que ser detalhados e esmiuçados depois que o empreendimento receber a licença prévia. Sem este detalhamento e compromisso o empreendedor não recebe as outras licenças que dão direito de construir a usina e de colocá-la em operação, de nada valendo somente a licença prévia. No total se prevê que todos os programas ambientais irão consumir cerca de R\$ 96.000.000,00

7 É verdade que obras desse porte acabam levando violência e prostituição a pequenas cidades? Como o empreendedor pretende tratar dessa questão?

Um empreendimento não leva violência a um lugar. A violência existe na sociedade como um todo, embora ela afete municípios e comunidades de diferentes formas. Além disso, operário de barragem também é município, tem família, é cidadão. É evidente que a CBA e a construtora do empreendimento vão procurar contratar pessoas da região (estima-se que dos 1.700 empregos a serem gerados, possa-se contratar cerca de 1.100 na região), pois há muitos carpinteiros, pedreiros, motoristas, ferragistas, montadores, topógrafos, mateiros, operadores de máquinas e tratores nas cidades. Com isto a mão-de-obra que virá de fora pode ser melhor avaliada e contratada. Há inclusive até curso de técnico em meio ambiente na região, profissional de grande serventia na implantação da Usina.

Mas há regras que têm de ser respeitadas pelo empreendedor para que a convivência com os moradores se de forma tranqüila. O empreendedor, por exemplo, tem que montar um sistema de acompanhamento social para esse pessoal. Atualmente, a CBA mantém um total de 25 funcionários na região, o que tem expressão no quadro geral de empregos em Adrianópolis, e não consta que nenhum deles tem sido motivo de vergonha ou tenha tido comportamento anti-social ao longo desses 17 anos.

Ou seja, no empreendimento temos de considerar equipamentos de saúde, medidas de segurança, meio ambiente e assistência social para os funcionários. Isto está previsto no EIA que, sendo aprovado, é obrigação do empreendedor cumprir conforme ficar disposto na licença.

8 O que a população ganha com uma obra como esta?

No setor industrial, considerando os municípios afetados, há 340 empregos registrados nesta mesma região. No caso de Tijuco Alto, no pico das obras vai haver 1.700 funcionários. Depois, na geração, diretamente envolvidos com a operação, vigilância, manutenção, serviços gerais serão pelo menos 60 pessoas.

Outro ponto importante é a geração de compensação financeira. A usina de Tijuco Alto irá gerar uma quantidade significativa de recursos aos municípios em relação ao orçamento dos mesmos. Se compararmos com as "receitas

próprias" (a parte do orçamento que não considera o que o Governo do Estado ou o Governo Federal liberam para os municípios) a compensação financeira é de 36% em relação à receita tributária de Ribeira e chegando a 168% em relação à de Doutor Ulysses. Além disso, há ainda outros impostos que serão gerados, tal como o ISS arrecadado durante a construção da obra. O quadro abaixo mostra o valor da compensação para cada um dos municípios afetados, valores que devem ser pagos pela CBA, reajustados conforme o valor da energia a ser gerada por ano, lembrando que os pagamentos seguem por toda a vida da Usina.

9 Então, por emprego e dinheiro podemos sair devastando áreas...

Não. Não é isso o que ocorre. Os projetos são analisados de acordo com as leis ambientais. Além disto, entra em julgamento o tipo do empreendimento, seu porte sua complexidade, seus impactos e também as medidas que o empreendedor tem que tomar para controlar os impactos ou fazer a compensação. Desta análise é que o IBAMA decide pela viabilidade ou não. Desmata-se quando existe a previsão legal e nesse caso existe. Faz-se o empreendimento quando toda a norma ambiental é cumprida. E toda a atividade humana tem impactos ambientais, umas mais, outras menos. Os empreendimentos que causam impactos são os mesmos que geram bens que abastecem a população e que tornam a vida em sociedade possível.

10 Pode faltar água para quem vive abaixo da barragem? E a qualidade dessa água?

Não. A usina hidrelétrica não consome água, apenas a utiliza para girar as turbinas, devolvendo-a ao rio. Mesmo durante o enchimento, a CBA é obrigada a manter uma vazão de 15,5 metros cúbicos por segundo pois durante o enchimento do reservatório não se pode fechar totalmente o rio. Após a barragem o rio recebe outras águas, que aumentam sua vazão como as do Catas Altas e do Tijuco. Também é importante salientar que a água que passará pelas turbinas e voltará para o rio será retirada do reservatório a apenas 18 metros da superfície, em vez dos 72 metros do projeto anterior, o que garante água de boa qualidade rio abaixo. Com relação à qualidade da água do reservatório, a Universidade Federal de São Carlos fez experimentação, trabalho que foi publicado, adicionando à água do Ribeira quantidades crescentes de matéria or-

gânica (restos de vegetação que são a única fonte de acidificação das águas); neste experimento se verificou que, mesmo na pior situação, não há acidificação das águas. A acidez da água é importante porque caso ocorra, pode disponibilizar metais pesados como o chumbo. Mas no caso de Tijuco as águas continuarão básicas (calcárias), assim como ocorre hoje em dia. No trecho de Tijuco já não mais existe chumbo dissolvido na água do Ribeira e a CBA retirou restos de material de mineração e os depositou em local fora de onde está projetado o reservatório. Há ainda algum trabalho de contenção de pedriscos da britagem das rochas da antiga Mineração do Rocha, coisa que a CBA está licenciando junto ao IAP.

11 Com o enchimento do reservatório como ficará a qualidade da água que abastece o município da Ribeira?

A água que será turbinada e que seguirá rio abaixo é de boa qualidade, é água oxigenada normalmente. O reservatório, que é profundo, tem duas camadas distintas, a mais rasa, até 20-25 metros, e a mais profunda; a captação atual está nos 18 metros de profundidade. Então, seja pela água turbinada, seja pelo vertedouro, a água que seguirá rio abaixo é de boa qualidade.

12 Quantas famílias terão que ser reassentadas e para onde elas serão levadas?

Fizemos um levantamento geral e detalhado no final de 2005, com apoio em fotos aéreas de 2004, que resultou em 578 famílias que existem na área do reservatório. Deses, 312 são não proprietários (meeiros, arrendatários, moradores consentidos, etc). Em uma estimativa preliminar, deverão ser reassentadas de 200 a 250 famílias rurais, afora aquelas que devem receber outros tipos de compensação, mas isto tem que ser detalhado, depende inclusive da decisão dessas famílias.

São famílias de proprietários e não proprietários que residem em imóveis que: ou terão a totalidade de suas terras inundadas ou o remanescente do imóvel é inviável economicamente (não dá para plantar). Os não proprietários deverão ir para reassentamento, mas os proprietários além dessa, terão outras opções. (VER MATÉRIA SOBRE O ASUNTUO NESTE BOLETIM).

O reassentamento deverá ser feito nos cinco municípios afetados, a princípio.

13 O rio Ribeira tem várzeas, se a barragem for construída, a quantidade de material que fertiliza essas várzeas vai diminuir, e então como é que fica?

O rio Ribeira tem três tipos de situação: No alto curso, até um pouco depois de Adrianópolis, o rio é bastante encaixado, as margens são bastante declivosas e o vale é bastante fechado; depois de Adrianópolis até um pouco antes de Eldorado continua uma declividade forte, mas o vale fica mais aberto e só depois de Eldorado é que o Ribeira vira completamente um rio de planície com extensas várzeas. Então, temos um rio de montanha, depois um rio de situação intermediária e no final um rio de planície. A primeira várzea, digna de nota, aparece muito depois de Tijuco Alto, a cerca de 112 km rio abaixo (perto da localidade de Itapeúna- município de Eldorado). As várzeas do Ribeira estão principalmente ocupadas por extensos bananais e isto vem de muito tempo. Esses bananais, de maneira mais freqüente, são cultivados com alta tecnologia, com grande uso de insumos agrícolas entre os quais os adubos. Dessa forma, desde há muito tempo aquela agricultura é dependente, pouco influndo as cheias do rio. Ademais, para o cultivo da banana, as cheias como as do Ribeira constituem-se em risco de prejuízo. Também se verifica que um dos problemas na foz do rio (aonde ele deságua no mar) é que atualmente acontece ali muita deposição e assoreamento, então não se pode falar que a retenção de sedimentos na barragem seja algo de ruim para aquela região.

Mais para perto do reservatório, em Adrianópolis não se

verificam as várzeas, nem agricultura de vazante.

Na figura a seguir, mostra-se as principais distâncias, a partir da barragem, rio abaixo.

14 Dizem que a obra pode levar desenvolvimento a uma região pobre. Mas o Vale do Ribeira já tem uma vocação para o turismo e investe



nesse setor para se desenvolver. Vocês acreditam de fato que a usina pode ajudar no desenvolvimento da região?

O empreendimento deverá trazer dinamização para a região. Um efeito imediato acontece durante a construção da barragem. Esse efeito continua após a conclusão do empreendimento, com a exploração de chácaras, pousadas, hotéis, restaurantes e atividades de lazer no entorno e dentro da represa. O Vale necessita de mais investimentos, seja do setor público ou do setor empresarial. O empreendimento da CBA é apenas um, é necessário haver outras iniciativas. O que não se pode fazer é ficar de braços cruzados, esperando algo mágico acontecer e que, de um momento para outro, tudo mude para melhor.

15 Qual o destino da energia e para que ela servirá?

A energia será destinada para abastecimento da fábrica da CBA, que se localiza perto de Sorocaba, no município de Alumínio. O decreto de concessão do potencial de geração foi dado à CBA, sendo que ela não pode comercializar a energia. Mas tem um detalhe importante: a transmissão da energia será feito por um linhaô já existente (linhaô de Furnas) e desta forma a energia de Tijuco entrará no sistema nacional, que é formado por todas as usinas e linhaôes, de modo que a CBA se habilita a retirar parte desta energia gerada na usina. Hoje, como o sistema é interligado em boa parte do Brasil, a energia elétrica que abastece as casas, fábricas, comércios pode estar sendo obtida de qualquer uma das usinas que fazem parte deste sistema. A CBA, produzindo parte da energia que consome, deixa de pressionar o sistema em busca de energia "nova".

16 E o grande passivo social?

A CBA adquiriu terras de 1989 a 1999 e foram adquiridos 377 imóveis de 286 proprietários. A aquisição de terras era uma das condições que a "legislação" do governo federal impunha para que o empreendimento fosse aprovado. Essa era uma norma do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Os não proprietários não foram contemplados na ocasião das negociações

com os donos das terras, não receberam benefícios sociais. Em 1994 a CBA realizou o levantamento de todos os não proprietários, presentes tanto nos imóveis adquiridos pela CBA, como os não adquiridos. No levantamento foram encontrados 229 não proprietários. Em 2005 a CBA realizou o novo levantamento de todos os imóveis e famílias. Das 229 famílias de não proprietários registradas em 1994, em

de 7.000 m de sondagens nos solos e nas rochas para investigação. Foram feitas galerias para se estudar o apoio da barragem, foram feitos estudos sobre a quantidade e velocidade das águas e das cheias, o vertedouro foi calculado para dar vazão para uma cheia que pode acontecer a cada 10.000 anos. A barragem terá uma extensão de 539 metros de lado a lado do rio, por 142 de altura; a base da

observar agricultores plantando café, tomate, uva e outras frutíferas na região próxima ao reservatório e indo tudo muito bem. Aliás, produtores de frutas e hortaliças daquela região informaram que vendem produção inclusive para o CEASA de Curitiba. Na região houve incremento do turismo e lazer tendo como base o lago, inclusive com áreas públicas. Em Salto Segredo, também uma barragem igual à de Tijuco, com reservatório também profundo, feito em um vale de alta declividade, pode-se observar que não há nem mais ou menos criação de neblina, no geral. Se aumenta a superfície de evaporação da água com o reservatório, esta água também fica mais alta, o que favorece o vento para dispersar a neblina. Quando o técnico do estudo ambiental fala em alterações microclimáticas ele faz uma abordagem muito fina; O que pode acontecer é que as médias das temperaturas mais altas tendem a baixar um pouco enquanto as médias das temperaturas mais baixas, tendem a aumentar um pouco. Isto não significa alterações de modo a prejudicar as plantações que existem; não prejudica as atividades humanas. O sol vai continuar nascendo nos mesmos horários, em qualquer estação do ano, seja inverno, seja verão e continuará a ser visto como hoje.

19 As melhores terras vão ser alagadas, só vai sobrar a lomba, a terra do pinus, como é que vocês vão fazer para arrumar terras para recolocar as famílias?

No estudo ambiental fizemos esta afirmação, que as melhores terras vão ser alagadas, isto é verdade. Quem faz a afirmação que só vai sobrar a lomba, não leu direito o estudo. Está escrito que as melhores terras são a da classe 1 ou 2. São terras mais assentadas, mais planas e lá também está escrito que a quantidade dessas terras é muito pequena. Considerando as terras necessárias para o lago e também para a faixa de preservação, estas terras são cerca de 1% da área, que são ocupadas por pouquíssimos proprietários. Então, a maioria dos agricultores nas encostas das margens vivem hoje em terras de classe 3 para cima, que são piores comparativamente.

A CBA já iniciou a pesquisa de terras para o reassentamento, todos os imóveis adquiridos pela CBA foram analisados. Foi feita coleta e análise dos solos e já dá para afirmar que a CBA possui boas porções de alta fertilidade, principalmente onde o solo é derivado do calcário. Temos que equacionar a quantidade de famílias que vão para reassentamento, isto vai depender de um estudo que é feito depois da Licença Prévia, quando vamos ter condição de detalhar essas coisas. Se necessário a CBA irá adquirir mais terras para reassentamento. Antes do reassentamento, deve ser feita uma comissão de agricultores que serão atingidos pelo empreendimento, eles têm que conhecer estas terras para saber se servem para o reassentamento. Esta é a política do IBAMA e também é a política que a CBA já está adotando e que vai cumprir.

20 Com o reservatório vai haver um aumento muito grande dos insetos que vão prejudicar as lavouras ou a saúde?

Um reservatório de hidrelétrica é um lago, mas a água não é totalmente parada. O reservatório de Tijuco está projetado para ocupar terras declivosas, mais dobradas, então não é um reservatório espraído ou mais espalhado que possibilita a proliferação de mosquitos em grande escala. As margens profundas tornam possível o acesso fácil de predadores, como peixes e outros insetos, à vegetação marginal, mantendo a densidade de mosquitos em um índice aceitável. Verificando exemplos de outros reservatórios no Paraná e em São Paulo, a proliferação de insetos não causou danos à saúde pública, não trouxe doenças novas e nem aumentou as já existentes. Não trouxe doenças para as plantas, esta é a verdade. O alerta dos técnicos é no sentido que isto deve ser cuidado, que tem que haver acompanhamento e isto será feito. A dengue é uma doença essencialmente urbana e sua ocorrência está relacionada à falta de infra-estrutura social, artificiais de uso doméstico. Há muito tempo, a malária transmitida por mosquitos

que se desenvolvem em bromélias, não ocorre na região. A hantavírose (doença associada ao rato silvestre) é mais própria de ambientes fechados, associado a barracões mal arejados e mal iluminados. Na parte das lavouras hoje já existe o pulgão, as várias lagartas, os percevejos, as colchonihas e pequenos besouros que atacam as plantações, a existência destes insetos não têm nenhuma relação com a existência do reservatório: nem na sua alimentação, nem no seu ciclo de reprodução, nada.

21 O Estado do Paraná produz muita energia elétrica, já é auto-suficiente, então porquê mais usinas no nosso território? Ainda estamos no Brasil, os estados formam uma federação cooperativa. Imagine se cada estado fechar as porteiiras, não se importa ou exporta mais nada. Imagine Minas Gerais ou Pará deixando de exportar o minério do alumínio; o Pará proibindo a venda do minério de ferro; São Paulo parando a venda de álcool e açúcar, fechando as metalúrgicas e outras indústrias, fechando o tomate; Rio de Janeiro, Minas ou São Paulo fechando as siderúrgicas; Rio de Janeiro fechando o petróleo, o Nordeste praticando a mesma coisa com melão, a manga, etc, outros estados fechando o arroz, o feijão, as frutas, a produção de ovos...

Muitos Estados iriam sofrer muito. E sem a energia gerada no Paraná, outros estados também iriam sofrer outro tanto. ■

LEMBRE-SE:
Essas são as perguntas que escolhemos para este boletim. Se você também tiver dúvidas, ou quiser fazer alguma pergunta, escreva para nós.

Procure os funcionários da CNEC/CBA da região e peça esclarecimentos e eles serão dados, é o nosso dever!!!

• Por vezes, entidades ambientalistas divulgam outras coisas, fazem encontros fechados, não permitem a presença de técnicos do estudo ambiental ou da CBA, mesmo quando essas reuniões são abertas à população. Nossa prática tem sido diferente, quando fazemos reuniões com a população, as ONG's podem estar presentes, podem falar.

• Apelam e reclamam quando notícias com visão diferenciada da deles são veiculadas nos jornais. Quando há notícias desfavoráveis ao empreendimento ou projeto, não ficamos questionando os jornais por terem veiculado tais notícias. Enfrentamos os problemas e tratamos de solucioná-los.

• Disseram em reunião no bairro do Mato Preto que há estudo aonde o tamanho da terra em Cerro Azul, suficiente para sustentar uma família, deve ser de 4 vezes o módulo fiscal, o que daria 120 hectares ou cerca de 49,5 alqueires. Perguntamos aonde está este estudo, será que ele existe?

• Algumas pessoas da região nos procuraram há tempos, querendo se manifestar, procurando alguma forma para isto. Surgiu a idéia de um abaixo assinado, com apoio da CBA. Resultado: mais de 5.000 assinaturas de gente da região, muitos da área afetada também assinaram e se posicionaram favoravelmente ao projeto. Considerando as populações de Cerro Azul, Ribeira, Dr. Ulysses, Adrianópolis e Itapirapuã Paulista, que somam, pelo último censo 36.446 habitantes, sendo 22.045 pessoas têm 18 anos ou mais. Nesses 5 municípios, 3.415 pessoas com mais de 18 anos assinaram a favor da barragem, representando que cerca de 15,5% da população de "maior idade" assinou a favor de Tijuco. Lideranças quilombolas, do município de Eldorado, também fizeram um abaixo assinado contrário à Tijuco Alto, com assinaturas incluindo cidades como Campinas, Presidente Prudente, Santos, Peruibe, todas bem distantes do projeto e enviaram ao IBAMA. Estão no direito deles. O abaixo assinado a favor de Tijuco também foi para o IBAMA, mostrando uma posição diferente do que eles tinham como informação.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA A SER PAGA AOS MUNICÍPIOS				
Município	Área (ha)	Proporção da Área Alagada (%)	Aos Municípios R\$/Ano	
			2004	2007
Adrianópolis	995,83	19%	151.185,67	218.865,94
Cerro Azul	1.856,20	36%	280.436,10	414.693,36
Doutor Ulysses	885,27	17%	134.471,71	195.827,42
Itapirapuã Paulista	506,96	10%	77.006,76	115.192,60
Ribeira	936,74	18%	142.136,06	207.346,68
Total	5.180,00	100%	785.318,30	1.151.926,00
Também se mostra, na seqüência, o quanto o reservatório afeta as terras produtivas de cada município, para que o leitor faça suas comparações.				
Município	Área produtiva na área alagada* (ha)	Área produtiva total do município** (ha)	% de área produtiva que será alagada	
Ribeira	157,30	12.995,00	1,21%	
Itapirapuã Paulista	286,31	17.942,00	1,60%	
Adrianópolis	333,88	32.736,00	1,02%	
Cerro Azul	236,52	107.646,00	0,22%	
Doutor Ulysses	110,23	28.226,00	0,39%	
Total	1.124,24			
*Calculado a partir de ortofotocarta				
**Censo agropecuário IBGE 1995 e 1996				